

FERNANDA ROCHA FERNANDES

**MAPA DA MULHER CARIOCA COMO INSTRUMENTO DE  
TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA  
PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Maria Walkiria de Faro  
Coelho Guedes Cabral

Coorientadora: Arqt.<sup>a</sup> Esp.<sup>a</sup> Glaucy Hellen  
Herdy Ferreira Gomes

RIO DE JANEIRO

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

R363m Rocha Fernandes , Fernanda  
Mapa da Mulher Carioca como instrumento de territorialização de políticas públicas para promoção da equidade de gênero no Rio de Janeiro / Fernanda Rocha Fernandes . -- Rio de Janeiro, 2024.  
37 f.

Orientador: Maria Walkiria De Faro Coelho Guedes Cabral.  
Coorientador: Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2024.

1. Territorialização de Política Pública. 2. Mapa da Mulher Carioca. 3. Equidade de gênero. I. De Faro Coelho Guedes Cabral, Maria Walkiria , orient. II. Herdy Ferreira Gomes , Glaucy Hellen, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FERNANDA ROCHA FERNANDES

## MAPA DA MULHER CARIOCA COMO INSTRUMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NO RIO DE JANEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 26/08/2024

### BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MARIA WALKIRIA DE FARO COELHO GUEDES CA

Data: 30/08/2024 12:47:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr.<sup>a</sup> Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – UFRJ



Documento assinado digitalmente

GLAUCY HELLEN HERDY FERREIRA GOMES

Data: 30/08/2024 18:56:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Arqt.<sup>a</sup> Esp.<sup>a</sup> Glaucy Hellen Herdy Ferreira Gomes

Associação do Terceiro Setor do Rio de Janeiro



Documento assinado digitalmente

MARIANA LUSCHER ALBINATI

Data: 05/09/2024 12:23:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dra Mariana Luscher Albinati

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ

## **Agradecimentos**

A minha mãe Flavia Verol, minha maior inspiração.

A minha irmã Helena Rocha, meu maior propósito.

Aos meus maiores apoiadores nessa trajetória: Eduardo Assis e Jéssica Britto.

A minha Coorientadora Glaucy Herdy, que sempre esteve presente me auxiliando na construção deste trabalho.

## RESUMO

O presente artigo pretende analisar o “Mapa da Mulher Carioca”, desde sua elaboração e implementação, como um instrumento de territorialização de políticas públicas na promoção da equidade de gênero no município do Rio de Janeiro, para a compreensão da real necessidade de utilizar-se de demandas específicas do território para implementação de políticas públicas.

Foram utilizadas como objetos de estudo as edições do "Mapa da Mulher Carioca", instrumento que visa mapear e compreender as necessidades, desafios das mulheres que residem na cidade do Rio de Janeiro, criado para ser utilizado como um meio de promover a equidade de gênero no território.

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica, abordando estudos relacionados à equidade de gênero e territorialização de políticas públicas. Além disso, foram analisados as edições do Mapa da Mulher Carioca do ano de 2021, 2022 e 2023, o Relatório de Gestão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro (SPM-Rio) de 2021 e 2023.

Essa análise permitiu concluir o que se pretendia, que com a criação do Mapa da Mulher Carioca, foi possível a identificação de desigualdades de gênero em diferentes áreas geográficas da cidade, assim como a utilização desta ferramenta no direcionamento de recursos e intervenções específicas em locais com necessidades identificadas.

**Palavras-chave:** Territorialização de Política Pública, Mapa da Mulher Carioca, Equidade de gênero.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze the "Mapa da Mulher Carioca" (MMC), from its development and implementation, as an instrument for the territorialization of Public Policies in promoting gender equity in the municipality of Rio de Janeiro. It seeks to understand the real need to use specific territorial demands for the implementation of public policies.

The editions of the "Mapa da Mulher Carioca" were used as study objects. This instrument aims to map and understand the needs and challenges faced by women living in the city of Rio de Janeiro, created to be used as a means to promote gender equity in the territory.

To achieve the proposed objective, a literature review was conducted, addressing studies related to gender equity and the territorialization of public policies. Additionally, the 2021, 2022, and 2023 editions of the MMC were analyzed, along with the 2023 Management Report from the Special Secretariat for Women's Policies of the Municipality of Rio de Janeiro (SPM-Rio).

This analysis allowed the conclusion that with the creation of the MMC, it was possible to identify gender inequalities in different geographical areas of the city, as well as the use of this tool in directing resources and specific interventions to locations with identified needs.

**Keywords:** Territorialization of Public Policy, Mapa da Mulher Carioca, Gender Equity.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	7
2 TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS .....	9
3 POLÍTICA DE GÊNERO E IGUALDADE .....	13
4. MAPA DA MULHER CARIOCA.....	18
5 CONCLUSÃO .....	33
REFERÊNCIAS .....	35

## 1 INTRODUÇÃO

A implementação eficaz de políticas públicas requer um processo que abrange várias etapas, desde a definição da agenda até a avaliação dos resultados, podendo ser contínuo ou não. Neste processo, territorialização das políticas emerge como uma das abordagens, reconhecendo as particularidades de cada região e adaptando as intervenções de acordo com as necessidades locais. Ao considerar não apenas as demandas gerais da população, mas também as características específicas de cada território, a territorialização promove uma maior eficiência e eficácia das políticas públicas, contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A execução de políticas públicas para as mulheres requer o entendimento do conceito de gênero, que abrange uma discussão complexa, reconhecendo as hierarquias e relações de poder presentes na sociedade. A violência de gênero é resultado dessa estrutura patriarcal, onde homens exercem domínio sobre mulheres, perpetuando desigualdades e injustiças. No entanto, movimentos feministas têm desafiado essa ordem, transformando questões individuais em pautas de interesse público e pressionando o Estado por políticas que abordem as desigualdades de gênero de forma sistemática, especialmente para a conscientização pública sobre as disparidades raciais, sociais e de sexualidade, levando à elaboração de dossiês, relatórios e estudos que contribuam para a formulação de políticas mais inclusivas e abrangentes.

O Mapa da Mulher Carioca<sup>1</sup> (MMC ou Mapa), é resultado de inúmeras reivindicações, originado a partir do Dossiê Mulher Carioca, sendo um importante instrumento de territorialização de políticas públicas no município do Rio de Janeiro, especialmente no enfrentamento das desigualdades de gênero. O Mapa busca materializar dados sobre violências contra mulheres e outras questões relevantes, oferecendo uma visão abrangente e acessível das demandas e vulnerabilidades das mulheres na cidade, baseado em indicadores de diversas instituições, e uma análise detalhada das disparidades territoriais, raciais, geracionais e de sexualidade, contribuindo para a formulação de políticas mais inclusivas e integradas.

Ressaltando a ênfase na interseccionalidade, o Mapa destaca a importância de abordar as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam. Ao ampliar a especificidade e

---

<sup>1</sup> O Mapa da Mulher Carioca tem como principal objetivo investigar áreas e atributos diretamente atrelados à atuação da administração pública buscando auxiliar a formulação de políticas públicas. O trabalho consiste no levantamento de uma série de indicadores de modo que se possa comparar dados e verificar as diferenças e as desigualdades de gênero, raças, gerações e territórios da cidade do Rio. (<https://mapa-da-mulher-carioca-pcrj.hub.arcgis.com/pages/o-mapa>)

inclusão de novos indicadores a cada edição, o mapa demonstra um compromisso contínuo com a compreensão e enfrentamento das desigualdades de gênero. Por meio desse instrumento, os gestores municipais podem identificar prioridades e necessidades específicas das mulheres em diferentes territórios e em diferentes temáticas, direcionando recursos e políticas de forma mais eficaz.

## 2 TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS

Política pública é um conceito amplo que se refere às ações, decisões e programas implementados por um governo, visando abordar problemáticas e atender às demandas públicas, com objetivo de resolver problemas sociais, econômicos ou ambientais, melhorando as condições de vida da população. Para Salisbury<sup>2</sup>, o conceito de política pública “refere-se à substância do que o governo faz” (pg. 34), ou seja, a metáfora mais comum para uma política pública é que ela representa o Estado em ação.

Uma vez criada uma política, o agente ou gestor público precisa alcançar a população que necessita dessa política, o que de fato irá converter a atividade do campo teórico ao prático, resolvendo ou mitigando as adversidades enfrentadas pelo grupo social atingido. A criação de políticas públicas é uma atividade complexa, tendo em vista todo o processo que necessita ser realizado até a sua implementação de fato, sendo comumente compreendida como um processo de várias etapas, ou um ciclo, que engloba desde a construção da agenda, incluindo a análise das problemáticas e demandas populacionais, até a avaliação das soluções implementadas

Na primeira etapa do ciclo, a chamada definição de agenda, é quando ocorre o levantamento dos temas e questões públicas que serão consideradas como prioritárias nas ações do Estado. As análises dessa fase buscam entender os motivos pelos quais certos assuntos se tornam mais ou menos prioritários ao longo do tempo, bem como os processos que influenciam essa seleção (Souza, 2006)<sup>3</sup>. Nesse contexto, determinadas questões saem do domínio privado, ou do âmbito individual, e passam a ser consideradas questões coletivas e públicas, refletindo as mudanças na percepção e nas demandas sociais.

Já na segunda etapa, a formulação, é o momento em que as políticas começam a ser planejadas e elaboradas, incluindo a definição de seus objetivos e estratégias. As análises dessa fase buscam compreender como as políticas públicas são formuladas, quem são os principais atores envolvidos nesse processo, se a formulação é mais revolucionária ou incremental, qual é o papel das coalizões, entre outros aspectos (Souza, 2006)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> SALISBURY, R.H. “The Analysis of Public Policy: a Search for Theories and Roles”. In: CAHN, Matthew A., and THEODOULOU, Stella Z. Public policy: the essential readings. New Jersey: Prentice Hall, Upper Saddle River, 1995, p.34.

<sup>3</sup> SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Dias<sup>5</sup> nos ensina que, a terceira etapa é a implementação, na qual os planos formulados começam a ser colocados em prática. Este estágio depende significativamente da ação dos burocratas e dos mecanismos de intervenção do Estado. Falando de forma resumida, as análises nessa fase buscam compreender o que foi planejado, o que foi realizado e o papel desempenhado pelos agentes no processo das políticas.

Por último, a fase de avaliação, é quando os resultados das políticas públicas são avaliados. As análises nessa fase buscam compreender os diversos métodos de avaliação disponíveis para utilização, os resultados obtidos nas várias dimensões esperadas (eficiência, eficácia, efetividade.), os atores envolvidos, os mecanismos utilizados, dentre outros aspectos.

No entanto, é importante ressaltar que esse processo nem sempre segue uma sequência linear e rigorosa. Em muitos casos, uma fase pode se sobrepor a outra ou ocorrer um vai-e-volta entre diferentes etapas. Além disso, em municípios menores, é frequente a observação de políticas públicas que não passam por todas as etapas do ciclo, devido às limitações de recursos, capacidade técnica e demandas locais específicas. Desse modo esse ciclo não condiz com a realidade, mas é um instrumento para analisar analiticamente os processos decisórios que fazem parte das políticas públicas (Souza, 2006)<sup>6</sup>.

Para além de outros aspectos e critérios que são levados em consideração no processo de criação e implementação de política públicas, nas últimas décadas - sobretudo após a promulgação da Constituição Federativa da República do Brasil de 1988 (CF/88) - os conceitos de território e territorialização vem adquirindo cada vez mais importância para a administração e a gestão pública. A partir da autonomia e igualdade de poderes entre os entes federativos - e do aumento da importância dos municípios - dado na CF/88, é que o âmbito local passa a ter maior protagonismo.

Um exemplo da descentralização dos poderes é o contexto da saúde pública e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>7</sup>. A Constituição estabeleceu a descentralização como diretriz prioritária da política de saúde, dando ênfase à municipalização dos serviços de atenção básica. No entanto, no início da implantação do SUS, ainda não estava claro qual seria o papel de cada ente federado nesse processo. Estados e municípios foram deixados com uma ampla autonomia para implementar a descentralização conforme proposto pela CF/88.

---

<sup>5</sup> DIAS, R. C., & SEIXAS, P. C. (2020). Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem?. *RPER*, (55), 47–60. <https://doi.org/10.59072/rper.vi55.9>.

<sup>6</sup> SOUZA. Op cit.

<sup>7</sup> SUS - O Sistema Único de Saúde - é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>, acesso em 10/08/2024

A ideia de território, no entanto, é complexa e abrange várias dimensões, compreendidas de maneiras distintas, porém complementares. Fuini (2014)<sup>8</sup> destaca as diversas formas de compreender o território: sob uma percepção política, onde o território é visto como um espaço controlado e delimitado por um poder; a econômica, onde o território é entendido como uma fonte de recursos e cenário de conflitos de classe e divisão do trabalho; a cultural, onde o território é percebido como um produto da apropriação simbólica de grupos em relação ao espaço vivido; e a natural, onde o território serve como base para as interações sociais e com a natureza.

Tendo em conta as múltiplas dimensões e abordagens do conceito de território, Saquet apud Dias e Seixas, (2019, Pg. 49) propõe o conceito de territorialização descrito sob quatro níveis distintos: “1) relações sociais; 2) apropriações do espaço, concreta e simbolicamente; 3) comportamentos e necessidades; 4) práticas espaço-temporais”.

Em outras palavras, a compreensão de território aqui estabelecida vai além dos limites materiais, geográficos e políticos, incluindo os seus elementos simbólicos e culturais na análise das relações de poder. A territorialidade, por sua vez, é vista não apenas como um meio de organização espacial, mas também como uma ferramenta estratégica que contribui para a manutenção das hierarquias e diferenciações em diversas esferas da sociedade.

Relacionando políticas públicas e território, Doucet, Bohme e Zaucha propõem uma tipologia que destaca diferentes abordagens, mostrando como esses enfoques podem variar (Doucet, Bohme e Zaucha apud Dias e Seixas, 2019. P.52)<sup>9</sup>:

*Spatially blind* (territorialmente cego): Esta abordagem ignora as diferenças entre os territórios e busca aplicar políticas de maneira uniforme em todas as áreas, sem considerar suas características específicas.

*Spatially targeted* (territorialmente informado): Reconhece a diversidade territorial e a existência de padrões distintos entre os territórios. Nessa abordagem, os atores públicos procuram ajustar suas intervenções de acordo com as particularidades de cada região.

*Place-based* (baseado no território): Parte do pressuposto de que os territórios não devem ser tratados de maneira uniforme, independentemente das fronteiras administrativas. Destaca a importância de considerar as especificidades de cada área e promover um desenvolvimento mais integrado.

---

<sup>8</sup> FUINI, L. L. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. Interações (Campo Grande) Interações (Campo Grande), Volume: 15, Número: 1, Publicado: 2014.

<sup>9</sup> DIAS, R. C., & SEIXAS, P. C. Op. cit

Em síntese, a análise desses três vieses, revela que a política pública pode ser concebida e implementada de acordo com as particularidades territoriais de cada região ou de forma mais geral, sem levar em consideração as peculiaridades do território.

A territorialização de políticas públicas, desse modo, refere-se à implementação de políticas de acordo com as características e especificidades de cada território. Nesse contexto, os gestores públicos consideram não apenas as necessidades e demandas gerais da população, mas também as particularidades locais, tais como aspectos geográficos, culturais, socioeconômicos e ambientais. A territorialização, entendida aqui como uma abordagem na gestão pública, reconhece que diferentes regiões podem enfrentar desafios distintos em mesmo distrito administrativo e, portanto, requerem abordagens diferenciadas para alcançar resultados eficazes. Essa abordagem promove uma maior eficiência e eficácia das políticas públicas, ao garantir que sejam adaptadas às realidades locais e às características específicas de cada território, contribuindo para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, ao considerar as necessidades e potencialidades de cada região de forma integrada.

### 3 POLÍTICA DE GÊNERO E IGUALDADE

O conceito de gênero abrange uma complexa discussão, sendo analisado e categorizado nos campos da biologia, das ciências sociais, da filosofia, da história, da psicologia, dentre outras. Para a socióloga Heleieth Saffioti, o conceito de gênero em si não denomina as desigualdades entre homens e mulheres, mas pressupõe a existência de uma hierarquia baseada na diferença sexual. Nesse sentido, o gênero pode ser lido como uma gramática sexual, regulando não somente relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher.

Esta relação de hierarquia, estabelecida entre homens e mulheres, é também compreendida por diversas abordagens e linhas teóricas. Uma delas, de especial relevância para este trabalho, afirma que tal hierarquia se atrela ao processo de territorialização no sentido de poder e do domínio, não puramente geográfico, mas simbólico (Saffioti, 1997a)<sup>10</sup>. Ou seja, para que exista um dominante deve haver um dominado. Dessa forma, as mulheres, usualmente associadas a fragilidade, são socializadas para lidar com a ideia de incapacidade, enquanto os homens, geralmente associados à força, são ensinados a exercer o poder, tornando-os quase que inaptos de lidar com a impotência. Por isso durante a experiência dessa impotência os homens tendem a recorrer à violência. (Saffioti e Almeida, 1995)<sup>11</sup>. Neste sentido, apesar de o conceito de gênero não implicar diretamente no vetor de dominância e exploração, o domínio de um território - geralmente exercido por um homem - passa a se naturalizar na sociedade.

O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão reflete diretamente nas possibilidades de experiências disponíveis para as mulheres, bem como na organização da estrutura familiar. Para Santos (1995)<sup>12</sup>, a violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre de forma aleatória, mas é derivante de uma organização social de gênero que privilegia o masculino. Nesta mesma linha, Lugones (2008)<sup>13</sup>, defende que o gênero pode ser entendido como um sistema de violência produzido pela sociedade patriarcal eurocêntrica, onde o homem exerce o domínio sob a mulher, entretanto, “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se

---

<sup>10</sup> SAFFIOTI, H.I.B. “Violência doméstica ou a lógica do galinheiro”. In: KUPSTAS, M. (org.). *Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, 1997a, p.39-57.

<sup>11</sup> SAFFIOTI, H.I.B. e ALMEIDA S.S. de. *Violência de gênero – poder e impotência*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995.

<sup>12</sup> SANTOS, B.de S. *Pela mão de Alice*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

<sup>13</sup> LUGONES, M. *Colonialidade e gênero. Tábula Rasa* [on-line]. 2008, n.9 [citado em 10/06/2024], pp.73-102. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1794-2489.

encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 2001a, p. 91)<sup>14</sup>. Dessa forma, apesar de estabelecer uma relação violenta, o gênero também contém uma contra violência, ou seja, abre espaço para a resistência.

A dinâmica de poder e resistência é essencial para entender como as reivindicações e lutas das mulheres têm moldado o debate sobre gênero. Ao longo do tempo, sobretudo nas últimas décadas, as pautas vêm transcendendo as esferas privadas e alcançando uma dimensão pública, resultando em uma demanda cada vez maior por políticas públicas concretas que abordem as questões de gênero de maneira sistemática. A partir da conscientização gerada por esses movimentos, as discussões sobre gênero passaram do âmbito privado, e tornaram-se uma pauta de interesse público, exigindo a atenção do Estado (Safiotti, 1999)<sup>15</sup>.

Considerando que existe uma estrutura que privilegia os homens em detrimento das mulheres, o papel social da mulher foi historicamente marcado pelo âmbito privado, ou seja, para trabalhar no lar, cuidar dos filhos e do marido, sem que pudesse efetivamente participar de decisões de poder no âmbito público. Exemplo disso é a luta travada por Olympe de Gouges, que foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792, por enfrentar esse sistema com a criação de uma versão feminina dos direitos humanos - A Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã -, visto que a base jurídico-filosófica que fundamentou o que hoje conhecemos por direitos humanos foi estruturada tendo como modelo de cidadania plena o masculino: A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789 (Safiotti, 1999).

Apesar dos avanços significativos em direção à representação feminina política ao longo dos séculos, como o direito ao estudo, direito ao trabalho formal, direito ao sufrágio, direito a métodos anticoncepcionais dentre outros, as mulheres ainda enfrentam inúmeros obstáculos para serem reconhecidas como cidadãs plenas e participarem efetivamente da esfera política e de poder. Ou seja, as conquistas dos direitos não podem se dar apenas na esfera legal, elas precisam ser legítimas, no entanto, grupos dominantes, em termos de raça/etnia, gênero, classe e sexualidade, exercem um forte controle sobre o Estado, buscando manter firmemente sua posição de poder, como foi ao longo da história das lutas sociais no país (Bento, 2014)<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

<sup>15</sup> SAFFIOTTI, H.I.B. “Primórdios do conceito de gênero”. Cadernos Pagu, n. 12 (Dossiê “Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX”), 1999, pp. 157-163.

<sup>16</sup> BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.

No Brasil isso se comprova visto que as mulheres representam mais da metade da população brasileira 51,13% (IBGE, 2022)<sup>17</sup>, além de serem a maioria do eleitorado, 53% (TSE, 2022)<sup>18</sup>, entretanto, a representação feminina na política brasileira ainda é bastante desigual em relação a masculina. Em âmbito nacional, apenas cerca de 34% de mulheres se candidataram a cargos políticos nas últimas eleições (TSE,2023). E quando se analisa o número de cargos políticos que são ocupados efetivamente por mulheres, a disparidade de gênero fica ainda mais evidente, prova disto foram as Eleições Gerais de 2022, onde 9.891 mulheres se candidataram, porém somente 311 delas foram eleitas, correspondendo a apenas 18,2% do total dos eleitos.

Por muito tempo, as mulheres foram excluídas das esferas de tomada de decisão e tiveram seus direitos políticos negados, refletindo a hegemonia masculina no campo político brasileiro atual. Consequentemente a figura da mulher pública ainda é um desafio no cenário político, a ponto de ser promulgada uma Lei Federal para obrigar a participação feminina no Sistema Eleitoral Brasileiro.

A Lei 9.504/1997, foi um marco nacional, ao estabelecer regulamentações para as eleições e tornar obrigatória a presença mínima de 30% de mulheres nas candidaturas eleitorais. Essa medida foi realizada para incentivar uma maior participação feminina na vida política do país e para promover uma representação mais equitativa dos gêneros nos espaços de poder. Desse modo, a crescente de mulheres em posições de visibilidade na política reflete, especialmente em políticas públicas para o enfrentamento de pautas relacionadas as mulheres.

Visando a compreensão didática e histórica do movimento feminista, algumas autoras dividem os momentos históricos em etapas – mais conhecidas como ondas - que marcaram as modificações do movimento ao longo dos anos<sup>19</sup>. Dentre elas, a terceira onda do feminismo é caracterizada, principalmente, pela incorporação do pluralismo e do reconhecimento da diversidade de experiências e opressões enfrentadas por mulheres em diferentes contextos culturais, evidenciando recortes de raça, etnia, identidade de gênero e sexualidade, interpretando o movimento feminista como um movimento complexo e múltiplo (Santos, 2016).

---

<sup>17</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Documentação do Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>18</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: [www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022). Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>19</sup> Existem teóricas que já discutem que o movimento feminista está passando por uma quarta onda, e tem outras que até mesmo questionam o uso das ondas, entretanto neste trabalho, destaca-se a oposição de ideia entre a primeira onda, centrada na busca pela igualdade, a terceira onda, que enfatiza as diversidades de experiências das mulheres. As reivindicações dos movimentos feministas da terceira onda, defendem o reconhecimento das disparidades de gênero, com recortes sociais para tornar essa discussão uma agenda pública, visando a igualdade de gênero, através do reconhecimento das diferenças entre as mulheres.

Apesar das diferenças biológicas serem características naturais, ainda que influenciadas pela intervenção humana, a sua positivação ou negativação perante um contexto são construídas socialmente. Nesse sentido, a busca pela igualdade torna-se um conceito político bastante reivindicado, defendendo-se que para alcançá-la é necessário considerar as características que diferenciam os sujeitos uns dos outros. Essa concepção é essencial para compreender o sujeito múltiplo (Lauretis, 1987)<sup>20</sup> e a mobilidade entre suas diferentes facetas. Ou seja, o sujeito, moldado pelas categorias de gênero, classe e raça/etnia, não é homogêneo e, portanto, deve ser entendido como diferente para o alcance da igualdade.

No Brasil, sobretudo a partir da chamada segunda onda feminista nos anos 1970, houve um crescente de organizações e instituições comprometidas com a busca pela igualdade de gênero, sobretudo de coletivos feministas, que iniciaram inúmeros projetos e fizeram pressão pela coleta de dados com perspectivas de gênero, elaborando dossiês, relatórios e estudos sobre a realidade das mulheres no Brasil.

Um marco significativo para o contexto do Rio de Janeiro foi a fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB)<sup>21</sup> em julho de 1976. Este centro surgiu com a proposta de ser um espaço permanente dedicado à reflexão, debates e ações políticas, especialmente em resposta à crescente sensação de deslocamento das mulheres dentro dos partidos políticos, sindicatos e outros espaços políticos tradicionais. Além de organizar campanhas, seminários, encontros e oferecer formações internas, o CMB também se destacou por produzir estudos e levantamentos de dados sobre as mulheres brasileiras, adotando uma perspectiva feminista. Esses dados subsidiaram a pressão pública exercida pelo CMB e contribuíram para formulações críticas sobre as políticas estatais em relação às mulheres (Alves e Pitanguy, 2022)<sup>22</sup>.

Muitas das mulheres que atuaram no CMB adquiriram experiência e conhecimento ao longo do tempo tornando-se, posteriormente, figuras proeminentes dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>23</sup>. A atuação das mulheres no CNDM durante o

---

<sup>20</sup> LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. Technologies of gender, Indiana University Press,. 1987. Pp. 1-30.

<sup>21</sup> Centro da Mulher Brasileira (CMB), que tinha como finalidade difundir o programa da Década da Mulher das Nações Unidas, 7 denunciar a discriminação contra as mulheres e realizar pesquisas sobre questões ligadas às mulheres. O CMB tinha um amplo leque de reivindicações, que ia de anistia política à criação de creches. O CMB, formado por cerca de 50 mulheres de classes média e alta, conseguiu obter, durante anos, verbas públicas do Ministério da Educação para manter uma sede no centro da cidade do Rio de Janeiro e realizar algumas pesquisas.

<sup>22</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

<sup>23</sup> Criado em 1985, o CNDM tinha como objetivo promover políticas destinadas as mulheres e garantir sua participação plena nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Este primeiro Conselho com temática dedicada às demandas das mulheres, criado no contexto de abertura do país para o regime democrático após décadas de ditadura militar, foi um marco histórico para o desenvolvimento de políticas para as mulheres, bem como de um fazer político feminino/feminista no Brasil.

período da constituinte foi especialmente relevante, sendo amplamente reconhecida como o "lobby do batom". Com uma atuação incisiva e criativa, que resultou na inclusão de mais de 80% das reivindicações das mulheres brasileiras na CRFB/88, o ativismo feminista demonstrou a sua força em desenvolver articulações em busca da conquista de direitos para as mulheres brasileiras (Pitanguy, 2019)<sup>24</sup>.

Ao transformar questões individuais em informações sociais consolidadas, fortaleceu-se a visão feminista de que os problemas enfrentados pelas mulheres são questões de interesse público, pressionando o Estado a agir, em outras palavras, definindo a agenda. A trajetória histórica do movimento feminista, marcada por lutas, conquistas e resistências, foi o caminho para conquista de espaços no debate público. Além disso, a luta que marcou a terceira onda do feminismo, especialmente no entendimento das desigualdades entre as mulheres, com recortes raciais e sociais, foi crucial para a elaboração de dossiês, relatórios e estudos das realidades das mulheres. Essas ações contribuíram significativamente para a conscientização pública sobre as questões de gênero associadas a cor da pele, sexualidade e classe social, possibilitando a formulação de políticas de gênero incluindo as mulheres em suas diversidades.

---

<sup>24</sup> PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96.

#### 4. MAPA DA MULHER CARIOCA

A estrutura da SPM-Rio se divide em duas vertentes de trabalho: a promoção das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero. Por meio das Casas da Mulher Carioca, do Programa Mulher Cidadã e do Programa Mulheres do Rio, são oferecidos oficinas e cursos de capacitação para as mulheres, visando à promoção da autonomia e empoderamento feminino.

Já no âmbito do enfrentamento à violência, destacam-se os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs), os Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (NEAMs), os Núcleos Especializados de Atendimento Psicoterapêutico para Mulheres Vítimas de Violência (NEAPs) e a Casa Viva Mulher Cora Coralina. Além disso, são realizadas campanhas de conscientização, como a "Tem Saída 24h" e o "Rio+Seguro", que visam sensibilizar a sociedade sobre a importância de enfrentar e prevenir a violência contra as mulheres (Relatório de Gestão da Spm-Rio, 2023).

A produção e divulgação dos dados referentes a essas mulheres atendidas e capacitadas pela SPM-Rio são de extrema importância para a transparência do órgão, bem como para a realização de uma análise detalhada dos resultados das políticas públicas e projetos implementados ao longo da gestão. Essa prática permite não apenas uma avaliação criteriosa do impacto das ações desenvolvidas, mas também uma compreensão mais aprofundada sobre quais iniciativas têm gerado resultados positivos e quais apresentam retorno menos concreto e significativo. Dessa forma, torna-se possível direcionar de maneira mais eficaz os recursos e esforços para áreas e programas que demonstram maior efetividade na promoção da equidade de gênero e no enfrentamento das desigualdades.

Para desenvolver uma análise do MMC como um instrumento de territorialização de políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro, no que tange ao enfrentamento da desigualdade de gênero, convém traçar as etapas que permearam a criação desse instrumento, que se constitui a partir da instituição do Dossiê Mulher Carioca.

A Lei municipal 6394/2018<sup>25</sup>, de autoria da vereadora Marielle Franco<sup>26</sup>, criou o chamado Dossiê da Mulher Carioca, que consiste na elaboração de estatísticas periódicas sobre violências contra as mulheres atendidas pelas políticas públicas sob ingerência do Município

---

<sup>25</sup> RIO DE JANEIRO. Lei nº 6394, de 2018. Dispõe sobre Cria o Dossiê Mulher Carioca na forma que especifica e dá providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/125d556691e7dc70832582fe0072aef1?OpenDocument>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>26</sup> Importante destacar que Marielle também ocupava a cadeira de presidente da Comissão da Mulher na Câmara Legislativa da cidade do Rio de Janeiro no momento em que apresentou o projeto de lei, sob nº 555/2017. Infelizmente a lei foi aprovada somente após o seu brutal assassinato, ocorrido em 15 de março de 2018.

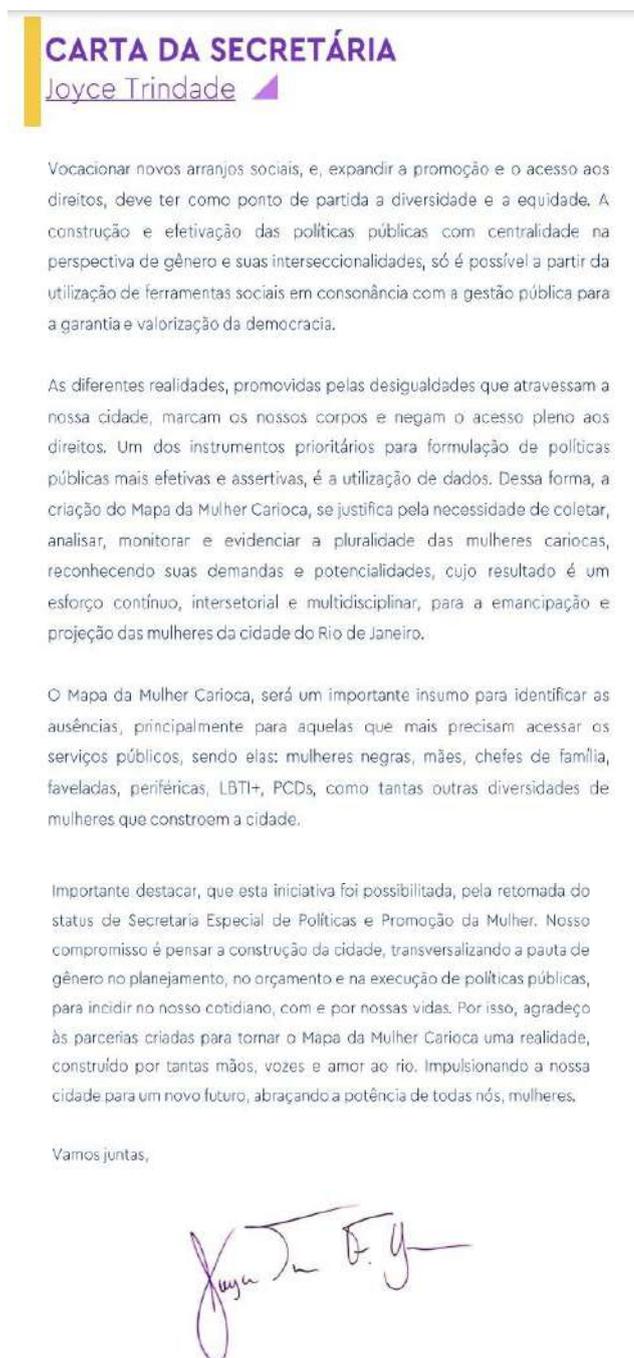
do Rio de Janeiro. No projeto dessa Lei, a então vereadora Marielle, justifica que nos últimos anos, especialmente após a promulgação da Lei Maria da Penha, a sociedade brasileira tem avançado na conscientização sobre a violência contra a mulher como uma questão de responsabilidade coletiva e estatal. E para enfrentar esse problema de forma eficaz, é fundamental que o poder público desenvolva políticas abrangentes, que incluam desde a prevenção, com campanhas de conscientização, até a assistência e proteção às vítimas.

A produção do Dossiê Mulher Carioca se justificaria, desse modo, pelo fornecimento de estatísticas atualizadas e subsidiando a formulação de políticas públicas mais abrangentes e eficazes de proteção às mulheres em situação de violência. Além disso, a identificação de possíveis disparidades territoriais e de perfil das mulheres atendidas, orientando as prioridades do poder público municipal nesse campo.

A Prefeitura do Rio, através da sua Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-Rio), passa a cumprir a lei a partir do lançamento da Primeira Edição do Mapa da Mulher Carioca (MMC) em 2021, durante a gestão do prefeito em exercício no momento, Eduardo Paes.

A interseccionalidade é considerada uma abordagem para enfrentar as diversas formas de opressão que estão interligadas. Na Carta da então Secretária da SPM-Rio, Joyce Trindade, que aparece na 1ª Edição do MMC, é possível ressaltar essa intenção de tratar políticas públicas para mulheres de forma transversal e inclusiva, por meio da utilização de dados:

## FIGURA 01- Carta da Secretária Joyce Trindade



Fonte: Primeira Edição do Mapa da Mulher Carioca de 2021, pág. 7-9.

O Mapa é subdividido em tópicos que tratam de diferentes aspectos da cidade em relação as mulheres, como dados relacionados a Saúde, Educação, Trabalho e Renda, Segurança, Assistência Social, dentre outros. Cada temática reúne indicadores, destacando os recortes de gênero, idade, raça/cor e sexualidade.

A proposta do MMC é ser atualizado anualmente, o que tem ocorrido desde seu lançamento em 2021. Até o momento, foram divulgadas três edições e ao longo das edições é

perceptível um grande avanço em relação aos dados e informações que compõe o MMC, contudo desde a primeira edição a iniciativa se destacou, especialmente pelo uso do sistema ArcGIS<sup>27</sup>. A SPM-Rio foi honrada com o prêmio nacional de excelência no uso do sistema ArcGIS durante o Encontro de Usuários – ESRI Brasil 2021<sup>28</sup>. A SPM-Rio recebeu reconhecimento pela transformação digital alcançada através do projeto do portal do Hub Mapa da Mulher Carioca<sup>29</sup>.

Além disso, no relatório de gestão da SPM-Rio de 2023 (pg. 28)<sup>30</sup>, destaca-se uma iniciativa inovadora, que surgiu em 2022, a partir da análise dos dados do MMC: o lançamento do LAB Mulher Carioca. Este projeto consistiu na realização de capacitação para 80 servidoras públicas e cidadãs da cidade do Rio de Janeiro. Com foco nas políticas de gênero, o LAB Mulher Carioca visou fortalecer a participação e o empoderamento das mulheres, promovendo uma maior igualdade de oportunidades e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Em uma breve análise das edições do MMC é notória as inovações tanto no quesito de acessibilidade de entendimento do conteúdo, quanto no aumento de dados e indicadores dispostos no documento, cabendo destacar alguns avanços e atualizações das edições do MMC:

#### QUADRO 01: Comparação das Edições do Mapa da Mulher Carioca

Comparação das Edições do Mapa da Mulher Carioca			
Tópico comparativos:	MMC Edição 2021	MMC Edição 2022	MMC Edição 2023
Quantidade total de páginas	76	85	228
Quantidade total de gráficos	26	58	200
Quantidade de capítulos	17 capítulos sendo 9 somente direcionado a	7 capítulos sendo 7 subtópicos somente	25 capítulos sendo 14 capítulos somente

<sup>27</sup> O ArcGIS é um Sistema de Informações Geográficas (GIS) que fornece ferramentas para capturar, visualizar, editar, gerenciar, analisar e compartilhar dados no contexto da localização. Ele inclui acesso a milhares de conjuntos de dados e mapas selecionados que podem ser explorados e aproveitados para análise e insights. O ArcGIS pode ser usado na nuvem, em dispositivos móveis e em desktops para criar mapas, aplicativos, painéis, cenas e modelos 3D e ambientes de ciência de dados.

<sup>28</sup> Maior encontro dos usuários do sistema ArcGIS do Brasil que aconteceu no dia 29 de set. 2021, com a participação de grandes empresas como Vale e Petrobras.

<sup>29</sup> <https://diariodorio.com/secretaria-da-mulher-e-ipp-recebem-premio-pelo-mapa-da-mulher-carioca/>

<sup>30</sup> <https://drive.google.com/file/d/1veL1PIKPyg1Gag5-R5A1aU2ipPNwXvk/view>

	divulgação de dados	direcionado a divulgação de dados	direcionado a divulgação de dados
<b>Temáticas abordada</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Radar de dados</li> <li>2. Diversidades</li> <li>3. As mulheres e a Cidade</li> <li>4. Saúde</li> <li>5. Educação</li> <li>6. Trabalho e Renda</li> <li>7. Segurança</li> <li>8. Assistência Social</li> <li>9. Jovens cumprindo Medida Socioeducativa</li> <li>10. Servidoras do Rio</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Radar de dados</li> <li>2. Educação</li> <li>3. Saúde</li> <li>4. Segurança Pública</li> <li>5. Assistência Social</li> <li>6. Emprego e Renda</li> <li>7. Mobilidade Urbana</li> <li>8. Servidoras do Rio</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Radar de dados</li> <li>2. Educação</li> <li>3. Saúde</li> <li>4. Assistência Social</li> <li>5. Mulheres em Situação de Rua</li> <li>6. Dossiê mulher carioca (Notificações de Violências contra as mulheres e redes de enfrentamento)</li> <li>7. Mulheres Encarceradas</li> <li>8. Emprego e Renda</li> <li>9. Diversidade</li> <li>10. Mobilidade Urbana</li> <li>11. Cultura</li> </ol>

			<p>12. Servidoras do Rio</p> <p>13. <b>Migrantes e Refugiadas</b></p> <p>14. <b>CODIM</b></p>
<p><b>Inovações identificadas na análise</b></p>	<p>Criação do Mapa;</p> <p>Capítulo reservado a apresentar os serviços de enfrentamento a violência e de promoção das mulheres que a SPM-Rio oferece;</p> <p>Linguagem acessível.</p>	<p>Uma maior interpretação dos dados para maior entendimento do público;</p> <p>Utilização de mais gráficos e mapas, tornando as informações mais acessíveis e visuais;</p>	<p>Capítulo reservado a apresentar os serviços de enfrentamento a violência e de promoção das mulheres que a SPM-Rio do poder público no geral;</p> <p>Apresentação de programas e projetos realizados pela SPM-Rio considerando os dados analisados nas outras edições;</p> <p>Divulgação de dados comparativos desde 2021 produzidos pela SPM-Rio do perfil das usuárias dos serviços oferecidos;</p> <p>Acréscimo de um capítulo voltado especialmente para notificações de</p>

			Violências contra as mulheres, no município e no Estado, bem como as redes de enfrentamento mantidas pelo poder público.
--	--	--	--

Fonte dados:

<https://drive.google.com/drive/folders/1zyNr4Od2fg0XBVkrfTvmbuvYFrpohE5A>

Elaboração da autora (2024).

É notável que a 3ª edição do MMC trouxe novos indicadores e capítulos, ampliando e expandindo a compreensão sobre a realidade das mulheres cariocas. Entre as novidades desta edição, destaca-se que também são apresentadas informações detalhadas e o resultado dos serviços, políticas públicas, programas e capacitações promovidas pela SPM-Rio.

Exemplificando isso, é possível realizar uma análise na disposição territorial dos equipamentos da SPM-Rio espalhados pela cidade que, de acordo com o Relatório de Gestão de 2021, eram sete (7) no total:

Figura 2 – Equipamentos da Secretaria da Mulher em 2021



Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO SPM-Rio, 2021, p. 7.

Já em 2023, percebe-se um aumento significativo no número de equipamentos, passando de sete (7) para dezessete (17) espalhados pela cidade, onde esse crescimento se observa especialmente na Zona Oeste, área de maior índice de casos de feminicídio. Segundo

dados do próprio MMC (2023), na região ocorreram 14 dos 39 feminicídios no ano de 2022, além do número de casos de estupro, tendo 381 dos 1024 notificados nessa região. Desse modo, entende-se que os dados nortearam a escolha dos locais de maior demanda por serviços de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. Indicando que a política pública foi implementada de acordo com as particularidades territoriais.

Mapa dos equipamentos e serviços da SPM–Rio em 2023

Figura 3 - Equipamentos da Secretaria da Mulher em 2023

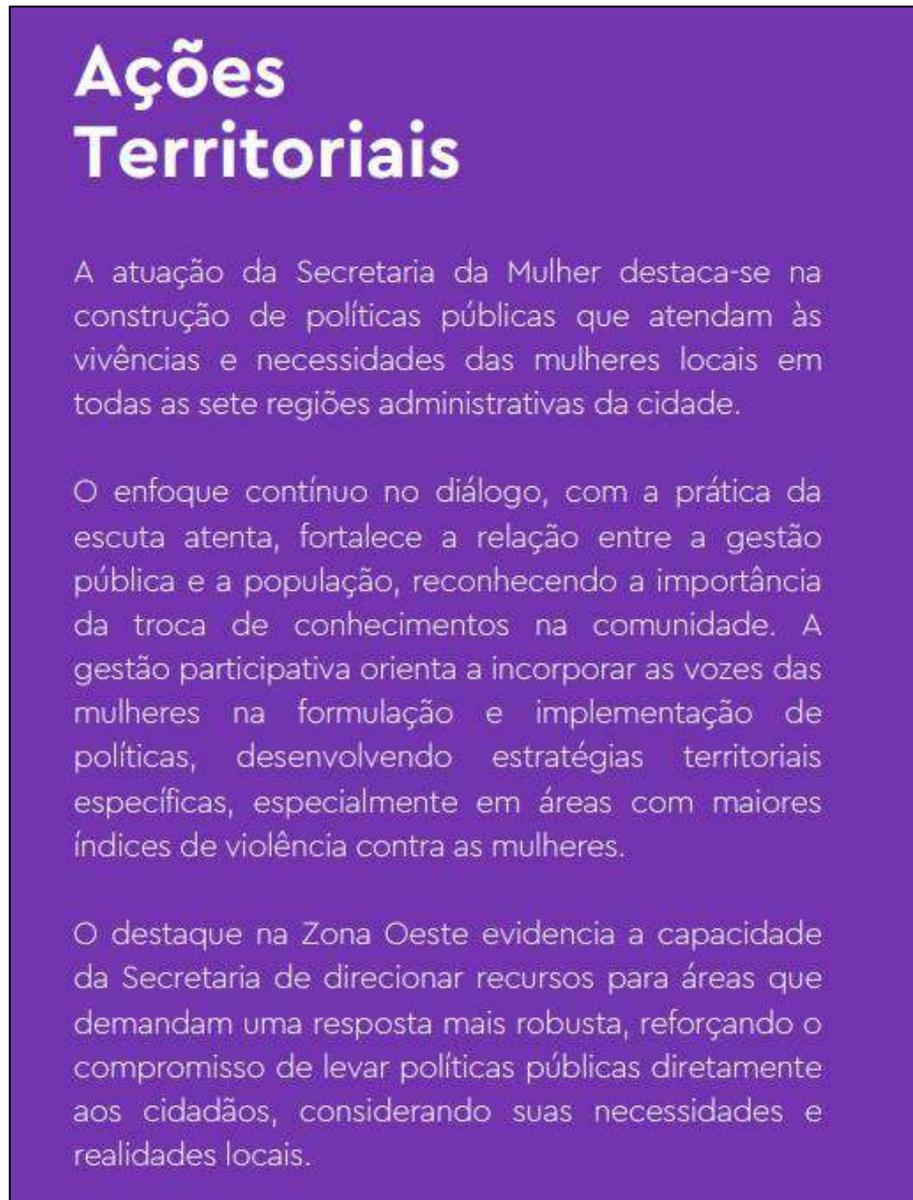


Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO SPM-Rio, 2023, p. 12

Além disso, no Relatório de Gestão de 2023 é reforçado esse destaque de territorialização de ações de enfrentamento à violência de gênero na Zona Oeste, destacando a

importância dos dados para fomentar as decisões, mas também a participação popular e o diálogo da SPM-Rio com a população local. Isso revela de forma explícita a utilização do conceito de *Spatially targeted* (Territorialmente informado) Doucet, Bohme e Zaucha (2014):

Figura 4- Relatório de Gestão 2023



Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO SPM-Rio, 2021, p.35

Outros programas de enfrentamento a violência que foram implementados a partir do entendimento da cidade, foi o “Cartão Move Mulher” e o “Cartão Mulher Carioca”, ambos têm o objetivo de oferecer um auxílio de transporte para que as mulheres consigam acessar o

atendimento público, visando, romper o ciclo da violência e/ou conquistar autonomia financeira.

É importante destacar que o MMC desempenhou um papel fundamental ao mapear a situação das mulheres na cidade do Rio de Janeiro, fornecendo os dados e indicadores utilizados para nortear a formulação de políticas públicas destinadas a atender às necessidades específicas das mulheres cariocas. Dessa forma, o Mapa serve como uma ferramenta para a concepção e implementação de programas voltados para a promoção da equidade de gênero e o enfrentamento das desigualdades.

Através do MMC e das análises promovidas pela SPM-Rio, é possível observar um reconhecimento cada vez maior das diversidades territoriais e das especificidades de cada indivíduo. A implementação do próprio Mapa reflete esse reconhecimento, fornecendo dados específicos das mulheres cariocas e dos territórios que permitem uma análise detalhada das disparidades territoriais e sociais, orientando a alocação de recursos e políticas específicas para atender às necessidades de cada comunidade.

O discurso da então chefia da pasta da SPM-Rio também reflete essa abordagem, destacando a importância de considerar as particularidades de cada região ao desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para as mulheres. A implementação de equipamentos nas áreas identificadas com maiores taxas de violência de gênero (Zona Oeste), como a Casa da Mulher Elza Soares em 2022 no bairro de Padre Miguel<sup>31</sup>, o CEAM e NEAP Tia Gaúcha em 2023<sup>32</sup> no bairro de Santa Cruz a Casa da Mulher Carioca no bairro de Campo grande em 2024<sup>33</sup>, assim como algumas Salas Mulher Cidadã. Isso exemplifica essa estratégia de atuação através de territorialização de políticas públicas.

Além disso, a iniciativa dos benefícios de auxílio de transporte, como o Cartão Move Mulher e o Cartão Mulher carioca reconhece o território como um potencial impeditivo para o enfrentamento da violência de gênero, evidencia as barreiras sociais que afetam de forma desproporcional as mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas em condições socioeconômicas mais precárias. Essas mulheres muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais devido à falta de recursos financeiros e à exclusão social, o que as torna mais suscetíveis à violência e com menos capacidade de acesso aos serviços de apoio. Ao

---

<sup>31</sup>Disponível em: <https://prefeitura.rio/fazenda/politicas-de-protECAo-da-mulher/prefeitura-do-rio-inaugura-a-casa-da-mulher-carioca-elza-soares/>, acesso dia 19/04/2024.

<sup>32</sup>Disponível em: <https://prefeitura.rio/fazenda/politicas-de-protECAo-da-mulher/prefeitura-abre-centro-de-atendimento-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-em-santacruz/>, acesso dia 19/04/2024.

<sup>33</sup>Disponível em: <https://prefeitura.rio/fazenda/politicas-de-protECAo-da-mulher/no-dia-internacional-da-mulher-prefeitura-do-rio-inaugura-casa-da-mulher-carioca-em-campo-grande-o-maior-bairro-do-brasil/>, acesso dia 19/04/2024.

fornecer recursos para que as mulheres possam superar as barreiras de transporte e acessar serviços públicos de forma segura e sem obstáculos geográficos, essa iniciativa não apenas aborda diretamente uma das principais dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de vulnerabilidade, mas também promove a equidade de gênero e racial ao oferecer oportunidades mais igualitárias de acesso e assistência.

Portanto, o MMC não apenas reflete a implementação prática da abordagem *Spatially targeted* (Territorialmente informado), ou seja, cria um instrumento para nortear as criações de políticas públicas, através do entendimento do território, como também ressalta a importância de analisar as múltiplas facetas das mulheres, considerando o sujeito múltiplo (Lauretis, 1987) e, portanto, reconhecendo as dimensões de gênero, etnia, idade, social, dentre outras características sociais que compõem a subjetividade.

Além de se apresentar como um norteador de implementação de políticas públicas mais assertivas, através do MMC, especialmente da 3ª Edição, foi possível analisar o resultado quantitativo das políticas públicas implementadas anteriormente e, desse modo, realizar o monitoramento vislumbrando a manutenção, conforme a fase de avaliação do ciclo de políticas públicas (Souza, 2003). Analisando, por tanto, os resultados obtidos nas várias dimensões esperadas (eficiência, eficácia, efetividade.), assim como os atores envolvidos, os mecanismos utilizados.

O tópico 1.4 MULHERES ATENDIDAS E CAPACITADAS PELA SPM-RIO é uma exemplificação de como é possível monitorar os avanços ou desafios que a política enfrenta ao longo de sua implementação. No gráfico de atendimento das casas, é possível perceber o aumento substancial de mulher atendidas de 2021 até agosto/2023:

Figura 5 - Tópico 1.4 MULHERES ATENDIDAS E CAPACITADAS PELA SPM-RIO



Fonte: MAPA DA MULHER CARIOCA SPM-Rio, 2023, p.16.

Apesar de se obter resultados valiosos e quantitativos, para o MMC ser utilizado para esse objetivo de forma concreta seria importante considerar uma análise qualitativa desses números, assim como um contexto descritivo das condições que viabilizaram ou não aqueles resultados.

Por exemplo, nesse gráfico é possível destacar que esse crescimento é bastante significativo, especialmente ao considerar o curto espaço de tempo entre os resultados: 22.419 (2021); 87.631 (2022); 134.717 (Jan a Agosto, 2023). Entretanto, não há uma análise desses indicadores, ou seja, não fica evidente a estratégia que foi utilizada para esse resultado.

Desse modo, seria importante incluir métodos de monitoramento e avaliação qualitativo a partir das usuárias dos serviços destacados, como forma de justificar os dados quantitativos. Por exemplo, apesar do crescimento de políticas ofertadas, do aumento de equipamentos e serviços de enfrentamento a violência na cidade do Rio, não quer dizer aumento efetivo de qualidade do atendimento e eficiência no enfrentamento.

Após uma breve análise no Relatório de Gestão de 2023, é possível compreender que uma das possíveis explicações para essa diferença foi a inauguração de um novo equipamento em Padre Miguel, nesse período: sendo a Casa da Mulher Carioca Elza Soares em outubro de 2022.

Figura 6 - Linha do Tempo - Expansão de Equipamentos



Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO SPM-Rio, 2023, pág 16 e 17.

Desse modo é mais esclarecedor a compreensão de que havia um ponto da cidade que tinha uma demanda substancial para atendimento à mulher e que, após a materialização de um equipamento naquela região, tornou-se possível ampliar numericamente a capacidade de atendimento. No entanto, pode haver outras motivações para esse aumento, como a ampliação de profissionais atendendo nos equipamentos, maior divulgação dos espaços, ou até mesmo alguma outra estratégia ou eventos externos que favoreceram esse aumento quantitativo.

A análise qualitativa dos dados apresentados na seção 1.4 "Mulheres Atendidas e Capacitadas pela SPM-RIO" da 3ª edição do MMC seria um componente crucial para a utilização eficaz deste instrumento como uma ferramenta de análise da implementação de políticas públicas. Além de fornecer uma compreensão mais profunda dos resultados e impactos das ações desenvolvidas pela SPM-Rio, essa análise também identificaria boas práticas que podem servir de referência para outros municípios.

A abordagem qualitativa permitiria uma avaliação mais contextualizada das intervenções realizadas, o que é essencial para uma análise abrangente da eficácia das políticas

públicas voltadas para as mulheres. Portanto, apesar de esse não ser o objetivo principal do MMC, uma análise qualitativa dos dados apresentados na 3ª edição do Mapa desempenharia um papel fundamental na consolidação deste instrumento como um manual de referência valioso para a formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade de gênero, o fortalecimento e autonomia das mulheres em nível municipal.

## 5 CONCLUSÃO

Diante da análise detalhada realizada ao longo deste trabalho, torna-se evidente a relevância da territorialização de políticas públicas no enfrentamento da desigualdade de gênero, especialmente no contexto da cidade do Rio de Janeiro, que apresenta demarcações territoriais bastante específicas, com uma população feminina muito diversa.

A implementação eficaz de políticas públicas pode ser realizada através de uma abordagem territorializada que reconheça as particularidades de cada região e adapte as intervenções de acordo com as necessidades locais. No contexto da promoção da igualdade de gênero, o MMC surge como esse instrumento norteador de implementação de políticas públicas.

Originado do Dossiê Mulher Carioca, para materializar dados sobre o perfil da mulher carioca e as violências cometidas contra esse gênero, o Mapa oferece uma visão abrangente das demandas e vulnerabilidades das mulheres, contribuindo para a formulação de políticas mais inclusivas e integradas, além de ressaltar a importância da interseccionalidade na abordagem das múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam.

A materialização do MMC representa um avanço significativo decorrente dessa legislação, não apenas consolidando as informações solicitadas pelo Dossiê, mas também disponibilizando-as de forma visual e acessível. O MMC busca não somente evidenciar as áreas de vulnerabilidade e demandas das mulheres na cidade, mas também se apresenta como instrumento de defesa e planejamento para a formulação de políticas públicas direcionadas à promoção da equidade de gênero e ao fortalecimento das mulheres cariocas.

O objetivo do MMC extrapola o cumprimento da lei 6394/2018, buscando também o entendimento das multiplicidades e diversidades das mulheres cariocas, traçando e analisando marcadores raciais, de sexualidade, de geração, perfil socioeconômico e demais situações, atravessando e sendo atravessados pela territorialidade. Percebe-se nas três (3) edições do MMC a defesa pela interseccionalidade e transversalidade dos indicadores.

O conceito de interseccionalidade aborda a importância de levar em conta as diversas formas de opressão que certos indivíduos e grupos enfrentam nas sociedades. Isso implica em entender essas opressões, reconhecendo a interseção de diferentes fatores que contribuem para a experiência de desvantagem ou discriminação. Nesse sentido, o Mapa enfatiza ideia

concretizada por Danièle (Danièle apud Hirata, 2014)<sup>34</sup> quando afirma a necessidade de pensar conjuntamente as dominações objetivando a não contribuição da reprodução das dominações.

O MMC permite que se possa comparar dados e verificar as diferenças e as desigualdades de gênero, raças, gerações temporais etc. de maneira georreferenciada pelos territórios da cidade do Rio de Janeiro, assim como avaliar o resultado de políticas públicas implementadas pela Prefeitura. Além disso, os gestores municipais de outras pastas passam a ter em mãos um instrumento que permite identificar as prioridades e as necessidades das mulheres nos seus territórios. Também se coloca como uma ferramenta para formulação de políticas públicas mais inclusivas e a construção de planos e metas setoriais mais integrados.

Destacam-se a expansão de equipamentos no território, especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que apresentou a maior incidência de violências cometidas contra as mulheres, demonstrando que os indicadores regionais são valiosos para compreensão do território e principalmente das necessidades das mulheres daquela região.

Uma implementação de política pública inovadora que foi permeada por análise de dados territoriais, foram os programas “Cartão Mulher Carioca” e o “Cartão Move Mulher”, que evidenciou que a SPM-Rio além de compreender a importância da presença do poder público de forma materializada em equipamentos institucionais, também adotou como estratégia proporcionar a essas mulheres em situação de risco e vulnerabilidade o direito de se locomover pela cidade para utilização do serviço público, seja para uma capacitação, seja para saída do ciclo da violência.

Desse modo, conclui-se que o Mapa da Mulher Carioca além de um instrumento de territorialização de políticas públicas para promoção da equidade de gênero no Rio de Janeiro apresentou-se, a partir da sua 3ª Edição, como um potencial instrumento avaliativo de políticas públicas já implementadas, permitindo nessa versão uma análise dos resultados quantitativos tanto por parte dos gestores públicos responsáveis pela pasta, bem como da sociedade no geral, visto a linguagem acessível utilizada no MMC e por fim podendo ser utilizados como uma manual referencial para outros municípios.

---

<sup>34</sup> HIRATA. H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, 2014.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. *Contemporânea*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>. Acesso em: 17/08/2024.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022](http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022)>. Acesso em: 17/08/2024.

DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro. **Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem?**. 2019. p. 47–60. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/12/55.3.pdf>. Acesso em: 17/08/2024.

EVANGELÍSTA, R. A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ACESSO DAS MULHERES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: **uma análise dos equipamentos públicos nos anos de 2020 a 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/20333>. Acesso em: 17/08/2024.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001a.

FUINI, L. L. **A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica**. *Interações* (Campo Grande), v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/67r67MYdYvxC8ZYTftnYqDd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/08/2024.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/08/2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17/08/2024

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. *Technologies of gender*, Indiana University Press, 1987. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod\\_resource/content/4/DE%20LAURETIS%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf). Acesso em: 17/08/2024.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. *Tábula Rasa* [on-line], 2008, n. 9 [citado em 10/06/2024], p. 73-102. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17/08/2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 6394**, de 2018. Dispõe sobre a criação do Dossiê Mulher Carioca na forma que especifica e dá providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/125d556691e7dc70832582fe0072aef1?OpenDocument>. Acesso em: 17/08/2024.

SAFFIOTI, H.I.B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 1999a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/08/2024.

SAFFIOTI, H.I.B. **Primórdios do conceito de gênero**. *Cadernos Pagu*, n. 12 (Dossiê “Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX”), 1999b, p. 157-163.

SAFFIOTI, H.I.B.; ALMEIDA, S.S. de. **Violência de gênero – poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda., 1995c.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Souza, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/08/2024.

SPM-Rio. Mapa da Mulher carioca 2021, 2022, 2023. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1zyNr4Od2fg0XBVkrfTymbuvYFrpohE5A>> Acesso em: 17/08/2024.

SPM-Rio. **Relatório de Gestão 2021**. SPM-RIO, 2021. Disponível em: <[https://mulher.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/41/2022/01/relatorio\\_spm-051221.pdf](https://mulher.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/41/2022/01/relatorio_spm-051221.pdf)> Acesso em: 17/08/2024.

SPM-Rio. **Relatório de Gestão 2023**. SPM-RIO, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1veL1PIKPyg1Gag5-R5AiaU2ipPNwXvk/view>. Acesso em: 17/08/2024.

Redação Diário do Rio. **Secretaria da Mulher e IPP recebem prêmio pelo Mapa da Mulher Carioca 2021**. *Diário do Rio*, 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/secretaria-da-mulher-e-ipp-recebem-premio-pelo-mapa-da-mulher-carioca/>. Acesso em: 10/04/2024.

Redação O Dia. **Prefeitura do Rio lança o Projeto Mapa da Mulher Carioca**. *Meia Hora*, 2021. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2021/04/6122349-prefeitura-do-rio-lanca-o-projeto-mapa-da-mulher-carioca.html>. Acesso em: 10/04/2024.

Redação O Dia. **Prefeitura do Rio lança relatório com dados inéditos do Mapa da Mulher Carioca de 2022**. *O Dia*, 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/09/6483924-prefeitura-do-rio-lanca-relatorio-com-dados-ineditos-do-mapa-da-mulher-carioca-de-2022.html>. Acesso em: 10/04/2024.